

FGV

Periferias foram menos afetadas pela crise

A crise financeira internacional "não afetou o bolso do brasileiro comum". A avaliação consta de pesquisa divulgada ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), mostrando que as classes sociais mais pobres no País foram as menos impactadas na renda pelas turbulências econômicas iniciadas há um ano. Por outro lado, até julho deste ano, integrantes das classes E e D engrossaram a classe média e ajudaram o Brasil a retomar a economia.

"A crise não afetou muito o bolso do brasileiro, e as periferias foram os lugares menos afetados, o que não aconteceu na crise do final da década de 1990", afirmou o economista responsável pela pesquisa, Marcelo Neri. Para ele, a classe média "tirou o País da recessão" ao aquecer o consumo. "O brasileiro empatou com a crise. Em janeiro, devido ao desemprego, houve uma perda, mas esse efeito já foi revertido".

Segundo a pesquisa da FGV, em relação à julho de 2008 as camadas A e B (renda acima de R\$ 4,8 mil) que representam 15% da população estavam apenas 0,5% menor, em julho deste ano. Dessa maneira, contribuiu para o crescimento de 2,5% da classe C (até R\$ 4,8 mil), no mesmo período, a ascensão da classe D (R\$ 1,1 mil), que diminuiu 4,1% e da classe E (R\$ 800), 3,3% menor.

Com a crise reorganizando as classes sociais, o levantamento destaca a participação das áreas mais pobres na retomada da economia. Das seis cidades pesquisadas entre julho de 2008 - antes do agravamento da crise - e julho de 2009, o destaque é o avanço de 20% da renda na periferia de Salvador diante do aumento de 4% da capital. Houve avanço de 7,6% na periferia do Rio de Janeiro, contra 4,9% na capital e, em São Paulo, crescimento de 6,6% na periferia contra queda de 3,3% na capital.

"Talvez, as periferias sejam menos conectadas aos mercados externos via exportação ou aos mercados financeiros, que foram os mecanismos de transmissão da crise", explicou Neri. "O mercado interno gera atividade, emprego e renda. É um ciclo virtuoso no qual, as periferias, em particular, protegem a economia brasileira do efeitos da recessão mundial."

Seguros

Para evitar a vulnerabilidade da população de baixa renda às turbulências econômicas e problemas sociais, pesquisa da

Fundação Getúlio Vargas (FGV), divulgada ontem, sugere a ampliação da oferta de seguros (planos de saúde, seguro de vida, entre outros) para os pobres, por meio, inclusive, dos cadastros em programas do governo. "O seguro ainda é um serviço de luxo. Isso é uma distorção porque o pobre não só enfrenta mais riscos, como sofre mais com esses riscos", afirmou o coordenador do levantamento, Marcelo Neri. "Quem precisa mais não está desprotegido. Se essa pessoa fica doente, acaba não só sofrendo com a doença, como levando a família para pobreza, com [os custos] do tratamento", exemplificou.

De acordo com a pesquisa da FGV, cerca de 16% da população têm algum tipo de seguro. A maioria é de seguro saúde (12,9%), seguido de seguro de vida (4,3%) e proteção para automóvel (2,9%). A menor parcela investe em previdência privada (0,45%). Entre as classes econômicas, a faixa A e B (renda acima de R\$ 4,8 mil) responde por 46% da demanda. Reunindo 85% da população, as classes C (até R\$ 4,8 mil), D (R\$ 1,1 mil) e E (R\$ 800), contribuem com 15,6%, 4,1% e 1,4% do total de seguros no país, respectivamente. Em todas as classes, a maior preocupação é com a saúde.

"Só pela incorporação de 27 milhões de pessoas nas classes A, B e C [nos últimos cinco anos] mais o crescimento populacional, o potencial de crescimento do setor de microsseguros pode ter um crescimento de 27%. Com inovação financeira, esse crescimento pode chegar a 40%. Então, 40% é o mercado de seguros no Brasil", destacou o economista.

Defendendo a melhoria na vida dessa população, Neri compara o desafio da expansão dos seguros às classes C, D e E ao início da implantação do microcrédito, na década de 1990. Segundo ele, para alcançar essa fatia da população, o setor precisa de boas estratégias de propaganda e marcos institucionais claros, como o desconto direto no salário (crédito consignado). "O Brasil tem programas públicos relativamente bem desenvolvidos como o Bolsa Família e Benefício de Prestação Continuada (BPC)", afirmou, ao lembrar que a renda com esses benefícios é certa e contínua, podendo ser aplicada nos planos das seguradoras. "Ou seja, temos caminhos para chegar com seguro até o cidadão mais pobre".